

“O PROTAGONISMO ESTUDANTIL É O QUE SUSTENTA A MUDANÇA A LONGO PRAZO”:

Entrevista com Talita Belizário sobre o NEABI/UDI e a formação étnico-racial

APRESENTAÇÃO

Nesta edição do “**BOLETIM IFTM ENTREVISTA**”, dialogamos com Talita Lucas Belizário de Oliveira, especialista em educação, mestra em Gestão da Saúde e atual coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFTM *Campus* Uberlândia, do programa de extensão Pretitudes Afirmativas e das Comissão de heteroidentificação do mesmo *campus*. A atuação da pesquisadora e gestora tem sido um marco importante para a consolidação de políticas e práticas de educação antirracista e de valorização da cultura afro-brasileira e indígena na instituição. Esta entrevista tem como objetivo dar visibilidade ao contexto, à história e às ideias que fundamentam o Núcleo e aos projetos vinculados, discutindo suas contribuições recentes e a importância da popularização desse conhecimento para a comunidade acadêmica.



Maria Marques: Para iniciarmos nossa conversa, gostaríamos de resgatar a sua trajetória. Como se deu a construção do seu caminho acadêmico e profissional até assumir a coordenação do NEABI no IFTM *Campus* Uberlândia?

Talita Belizário: Minha trajetória acadêmica e profissional sempre foi permeada por muita resistência e luta. Sou formada pela Universidade Federal de Uberlândia em Biologia, na época um curso muito elitizado, pois quem não conseguia passar em Medicina optava pelo curso, e, já nesse espaço, fui a única pessoa negra da turma. Ao final da graduação, tomei posse no IFTM *Campus* Uberlândia como técnica de laboratório em Biologia.

Durante a minha vida profissional no Instituto, concluí uma especialização na área da educação e o mestrado na área de Geografia da Saúde. Até esse momento, nada sobre a questão racial foi trabalhado no decorrer da minha trajetória acadêmica. O aprofundamento da temática étnico-racial na minha vida profissional se deu no início de 2019, quando fui convocada para participar da comissão de heteroidentificação do *Campus* Uberlândia e, a partir daquele momento, minha relação com a temática racial mudou completamente. Até então meu contato com a questão racial sempre foi na vivência familiar, no existir como mulher preta numa sociedade racializada e no contato com o GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia liderado pela minha tia militante do movimento negro). Na comissão de heteroidentificação que faz a verificação racial dos/as candidatos/as negros/as do meu campus, realizei diversas formações para atuar com propriedade e responsabilidade nessa atividade tão importante de garantir a implementação das cotas raciais. No mesmo ano, fui convidada para ser presidente do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI) e, desde então, sempre estive no NEABI alternando entre membro e presidente, sempre lutando pela educação antirracista no *Campus* Uberlândia.

Maria Marques: Para situar nossos leitores, você poderia explicar o que é o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) o que representa, a quem se destina e as principais atuações?

Talita Belizário: O NEABI do IFTM é um núcleo de natureza permanente, propositiva, consultiva e de assessoramento, vinculado à Coordenação de Ações Inclusivas e de Diversidade (CAID) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do IFTM para mediar o processo de implantação e implementação das políticas de ação afirmativa. Atua nas instituições de ensino para o fortalecimento de uma educação antirracista e no combate ao racismo, contribuindo para que essa discussão seja incorporada nas políticas institucionais; representa a negritude dentro dos Institutos Federais a partir do compromisso institucional com o fomento de ações sistêmicas voltadas para as identidades, relações étnico-raciais e o combate ao racismo. O Núcleo destina-se a um público amplo interno e externo¹. As principais atuações são: propor a inclusão de temáticas étnico-raciais nos currículos para todos os cursos e orientar o trabalho docente, integrando esses conteúdos de forma interdisciplinar; colaborar e assessorar as Comissões de Heteroidentificação (que verificam a autodeclaração de candidatos negros e indígenas), auxiliar na revisão de editais de processos seletivos; promover cursos, seminários, palestras e atividades artístico-culturais para capacitar a comunidade acadêmica sobre a diversidade e a história dos povos africanos e indígenas, combater a discriminação (atuar na identificação, prevenção e combate a formas de violência racial), estabelecer articulações com movimentos sociais, políticas e outras instituições de ensino, além de estimular a pesquisa e a publicação de trabalhos científicos relacionados à temática.

¹ Público formado por: estudantes, professores, técnicos administrativos, movimentos negros e indígenas, associações culturais, instituições de políticas públicas, escolas municipal e estadual; comunidades tradicionais (como quilombolas e indígenas)

Maria Marques: Como surge o Programa Pretitudes Afirmativas e quais são os seus objetivos centrais como programa de extensão?

Talita Belizário: O programa surge a partir de um sonho de transformar o IFTM *Campus* Uberlândia numa instituição verdadeiramente antirracista, que se transforma numa resposta estratégica e necessária do NEABI-UDI para enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação antirracista. Para esse sonho tornar-se realidade uma equipe se formou², acreditou nesse sonho e se entregou de coração nessa jornada de transformação institucional. Com essa equipe potente, a viabilização ocorre por meio do financiamento via Emenda Parlamentar³ – apoio financeiro; alinhamento institucional – alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028 IFTM) e diretrizes da SETEC/MEC de implementação de políticas públicas de relações étnico-raciais e parcerias – formadores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O objetivo geral do Pretitudes é promover o letramento racial de estudantes, servidores e da comunidade externa, fomentando a reflexão crítica e o combate ao racismo auxiliando na incorporação prática das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Maria Marques: Qual é a relevância estratégica da existência do NEABI/UDI e do Pretitudes Afirmativas para o processo educativo e para a formação integral dos estudantes?

Talita Belizário: Eu acho que a relevância estratégica do NEABI/UDI e do Pretitudes Afirmativas para o processo educativo e para os estudantes está no enfrentamento do racismo estrutural. O programa busca transformar a obrigatoriedade das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em ações concretas, promovendo um “letramento racial” que vai além da teoria e atua na prática curricular e social; na formação humana integral.



2 Fernando Caixeta, Nara Moreira, Carlos André e Maria Marques (servidores do IFTM *Campus* Uberlândia)

3 Emenda parlamentar emitida pela Deputada Federal Dandara Tonantzin Silva Castro.

Maria Marques: As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Na sua visão, o que, em essência, essas legislações propõem para a transformação da educação nacional?

Talita Belizário: Essas leis consistem em política de ação afirmativa pautada na demanda por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos. Conforme aponta o parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 003/2004 (CNE/CP 003/2004)⁴, o reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Visam garantir reparações, reconhecimento e valorização de história, cultura, identidade dos povos negros e indígenas nas instituições de educação, implicando, dentre outras, estratégias pedagógicas de valorização da identidade e de garantia de acesso, permanência e êxito.

Maria Marques: Considerando o tempo decorrido desde a sanção dessas leis, você percebe que elas já possibilitaram mudanças práticas e estruturais no cotidiano escolar, ou ainda enfrentamos uma resistência à sua efetivação?

Talita Belizário: No contexto geral, infelizmente, trabalhar a temática racial na escola mesmo tendo leis obrigatórias e específicas ainda é um grande desafio, ainda é baixo o grau de institucionalização alcançado. Essa tarefa acaba se tornando complexa na medida em que exige mudanças estruturais e a resignificação de toda a ação escolar de forma a contemplar a multiculturalidade nos documentos institucionais, abarcando em sua política os grupos e culturas historicamente silenciados. No IFTM *Campus* Uberlândia, nos últimos anos, foi possível alcançar avanços como: regulamentação da participação dos membros dos NEABIs nas comissões de heteroidentificação, na revisão dos PPCs, nos conselhos de ética e nas reuniões pedagógicas semestrais; criação do Congresso Nacional de Estudos das Relações Étnico-Raciais (CONERER) que se consolidou como um espaço acadêmico de referência para pesquisadores, educadores, estudantes pagamento dos avaliadores das comissões de heteroidentificação; conquista de uma sala para o NEABI; a criação de funções gratificadas para os presidentes dos NEABI, com isso os núcleos se transformaram na Coordenação de Assuntos Étnico-raciais e Indígenas (CAERI) e a conquista de emenda parlamentar para o programa *Pretitudes Afirmativas*. Precisamos avançar em muitos aspectos ainda (currículo eurocêntrico, representatividade negra de servidores em cargos de gestão, racismo escolar), mas não podemos negar os avanços institucionais que foram conseguidos por meio do movimento de luta e resistência do NEABI.

Maria Marques: Outro ponto fundamental é a política de cotas raciais. Qual é a sua avaliação sobre o impacto das cotas no acesso, na permanência e no êxito de estudantes negros e indígenas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

⁴ Conselho Nacional de Educação. Parecer disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf

Talita Belizário: De forma muito objetiva, a política de cotas não é apenas um mecanismo de reserva de vagas, mas uma ferramenta de justiça reparatória que altera a demografia institucional e enriquece o ambiente acadêmico. Em relação à representatividade, houve um aumento real no número de matrículas de pretos, pardos e indígenas (PPI), alinhado a composição dos Institutos Federais à realidade demográfica regional, com isso, as cotas mitigam a desigualdade histórica de base escolar, permitindo que talentos antes invisibilizados acessem laboratórios e infraestrutura de ponta. Entrar é o primeiro passo, mas ficar exige suporte. Até agora as cotas forçaram as instituições a amadurecer suas políticas



de assistência estudantil, ou seja, para termos um impacto positivo na permanência é necessário que os estudantes negros e negras estejam diretamente assistidos pelos auxílios (transporte, alimentação, moradia) e ao acompanhamento pedagógico. A permanência também está relacionada ao sentimento de pertencimento, à presença de coletivos negros e núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) para que o estudante se veja como parte integrante da comunidade e não um “corpo estranho”. Em se tratando do êxito na EPT, ela se traduz em conclusão de curso com qualidade e inserção profissional. Pesquisas⁵ mostram que o desempenho de cotistas é equivalente ou, em muitos casos, superior ao de não-cotistas, devido ao alto grau de resiliência e valorização da oportunidade. Para estudantes negros e indígenas, o diploma técnico ou tecnológico costuma ser o principal vetor de ascensão social imediata, permitindo a entrada em postos de trabalho qualificados que antes lhes eram negados, as cotas ajudam a cumprir a função social da Rede Federal, que é levar desenvolvimento para quem mais precisa.

Maria Marques: Pensando em Direitos Humanos – principalmente no direito fundamental à educação –, como o NEABI pode atuar para que a formação étnico-racial seja ativamente valorizada pela comunidade escolar?

Talita Belizário: Olhando para os Direitos Humanos, eu entendo que o direito à educação só é plenamente exercido quando o estudante se sente representado e respeitado em sua identidade. O NEABI para mim, é o coração pulsante dessa transformação dentro da escola. Eu acredito que a formação étnico-racial não pode ser um evento isolado no calendário, como

⁵ Censo de educação superior INEP/MEC: Desempenho de cotistas na graduação é superior à média.

Disponível em: <https://gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/abril/desempenho-de-cotistas-na-graduacao-e-superior-a-media>

apenas em 20 de novembro. O NEABI atua ativamente quando provoca e apoia os colegas professores a inserirem a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as disciplinas — da literatura à matemática. É mostrar que esse conhecimento é patrimônio da humanidade e não um tema extra. Minha visão é que o NEABI deve ser um espaço de escuta. Quando um estudante negro ou indígena entra na escola e vê seus símbolos, sua estética e sua história valorizados, o direito à educação se concretiza porque gera pertencimento. Eu atuo para que o núcleo seja um mediador, combatendo o racismo estrutural no cotidiano e transformando o ambiente escolar em um lugar onde a diversidade é vista como excelência, não como déficit. Além disso, eu vejo o NEABI como uma ponte. É preciso trazer a comunidade para dentro, convidar as lideranças de matriz africana, os povos indígenas locais e as famílias para dialogar. Quando a comunidade escolar percebe que o NEABI valoriza a ancestralidade deles, a escola passa a ser vista como um braço de defesa dos seus próprios direitos.

Maria Marques: Dentro do contexto da EPT, de que forma o ensino técnico pode atuar como um vetor efetivo de empoderamento e ascensão social para estudantes negros e indígenas?

Talita Belizário: Eu vejo o ensino técnico como o caminho mais curto e eficaz para transformar potencial em dignidade real. No contexto da EPT, ele atua como esse vetor de duas formas principais: Primeiro, pela autonomia financeira imediata. Para o estudante negro e indígena, muitas vezes o diploma técnico é a primeira ferramenta de quebra de um ciclo de subemprego na família. Ele não entrega apenas um certificado; entrega uma profissão de valor reconhecido pelo mercado, o que gera ascensão social na prática. Segundo, pelo empoderamento subjetivo. Quando esse estudante ocupa espaços educacionais estruturados e domina saberes complexos, ele rompe com estereótipos de que certos espaços não seriam para ele. Para mim, a EPT é o lugar onde se prova que a excelência técnica e a identidade étnico-racial caminham juntas. O ensino técnico empodera porque dá ao estudante o ‘saber-fazer’ necessário para ele ser dono da sua própria trajetória e de acreditar que ele pode estar onde ele quiser estar.

Maria Marques: O programa “Pretitudes Afirmativas” tem alcançado marcos concretos, como a formação da comunidade escolar. Pode descrever algumas ações e como você avalia o impacto dessas entregas para o fortalecimento da instituição na formação antirracista?

Talita Belizário: O Pretitudes Afirmativas é o meu maior exemplo de que, com recurso e gestão séria, a gente transforma a realidade. Graças à emenda da Deputada Dandara, desde fevereiro de 2026, transformamos o NEABI Uberlândia em um polo de formação viva. Até agora, já realizamos 8 formações estratégicas, alcançando diretamente 400 pessoas. O que mais me orgulha é o equilíbrio desse impacto: atingimos 265 estudantes, fortalecendo a identidade de quem é o futuro da EPT, e 135 servidores e membros da comunidade, garantindo que o ambiente institucional mude como um todo. Minha avaliação é que o impacto dessas entregas vai além

dos números. Quando um projeto de extensão financiado e estruturado entra no campus, ele institucionaliza a luta antirracista. Deixa de ser um esforço isolado e passa a ser uma política de estado dentro da escola. Essas formações estão criando uma ‘massa crítica’ que não aceita mais o racismo institucional e que entende a diversidade como um valor de excelência acadêmica, consciente e, acima de tudo, qualificada para construir uma educação verdadeiramente democrática.

Maria Marques: No âmbito pedagógico, como as expressões artísticas e culturais promovidas pelo NEABI ajudam a desconstruir preconceitos que muitas vezes estão enraizados no ambiente acadêmico?

Talita Belizário: Eu acredito que a arte tem um poder de ‘furar bolhas’ que a teoria, sozinha, às vezes não alcança, como uma forma de resistência cultural. No ambiente acadêmico, o preconceito muitas vezes se disfarça de ‘neutralidade’ ou de uma visão muito eurocêntrica do que é conhecimento. Quando trazemos o slam, a dança, o cinema negro ou as artes indígenas para o centro do campus, nós fazemos três coisas: humanizamos as trajetórias – a arte sensibiliza o olhar do outro, transformando estatísticas em histórias de vida e resistência; validamos outros saberes – mostramos que a cultura dessas populações não é ‘folclore’, mas produção intelectual e estética de altíssimo nível; ocupamos o espaço – quando a estética negra e indígena ocupa os corredores, ela quebra o estranhamento e educa o olhar da comunidade escolar pelo convívio e pela celebração, e não pelo conflito. Para mim, desconstruir preconceitos pela arte é a forma mais eficaz de transformar a escola em um território onde todos os estudantes sintam que sua cultura também é digna de ser estudada e aplaudida.”

Maria Marques: Temos acompanhado a força de grupos como o Coletivo Sankofa. Como a coordenação do NEABI avalia e fomenta o protagonismo direto dos estudantes na construção de um campus mais diverso?

Talita Belizário: Essa pergunta toca no que eu considero o ponto mais gratificante da minha gestão: ver o estudante passar de beneficiário a protagonista. No NEABI, nós avaliamos que o Coletivo Sankofa é a prova viva de que a permanência estudantil vai muito além do financeiro; ela passa pelo acolhimento e pela identidade. Hoje, são 40 estudantes que encontraram no coletivo um lugar de fala e de proteção, e isso reflete diretamente no desempenho e na segurança deles dentro do campus. Nós fomentamos esse protagonismo de forma muito concreta, através do programa *Pretitudes Afirmativas*, garantimos 19 bolsas diretas para que esses estudantes não apenas participem, mas liderem projetos. Isso é transformar a pauta racial em oportunidade de formação profissional e geração de renda. O NEABI não decide pelo Sankofa, ele decide com o Sankofa. Nós abrimos as portas para que eles pautem as ações do núcleo. O protagonismo estudantil é o que sustenta a mudança a longo prazo. Quando damos a bolsa e o suporte, estamos dizendo que o conhecimento deles tem valor. O resultado é um ambiente onde o estudante negro se sente pertencente e sujeito ativo na instituição.

Maria Marques: Como o NEABI e o Pretitudes Afirmativas dialogam com outras redes de pesquisa e movimentos sociais para fortalecer a Formação Étnico-Racial?

Talita Belizário: Eu avalio que o diálogo ocorre de forma orgânica e potente em três níveis: Parceria Acadêmica com a UFU: o Pretitudes Afirmativas é o melhor exemplo disso, com parceiros da Universidade Federal de Uberlândia atuando como formadores. Isso cria uma rede de pesquisa e extensão que fortalece o letramento racial com rigor acadêmico. Conexão com Movimentos Sociais: por meio da atuação nas Comissões de Heteroidentificação, ao trazermos lideranças dos movimentos negros e representantes da comunidade comprometidos com a pauta para compor as bancas, nós garantimos que a política de cotas seja fiscalizada por quem tem vivência e legitimidade. Articulação Política Estratégica: a parceria via emenda parlamentar elevou nosso patamar; ela se torna viva porque dialoga com quem produz ciência na universidade, com quem faz política no parlamento e com quem está na linha de frente dos movimentos sociais. É assim que fortalecemos os Direitos Humanos: ocupando espaços e unindo forças.

Maria Marques: Do ponto de vista da gestão pública, quais são os caminhos necessários para que esses programas de extensão se consolidem como políticas institucionais permanentes?

Talita Belizário: Esse é o sonho de todas(os) nós que trabalhamos em prol de uma sociedade mais justa e equânime nas instituições federais. O primeiro passo é tirar o projeto apenas do campo da extensão e inseri-lo nos documentos norteadores da instituição, como o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). É preciso que a formação antirracista seja uma meta institucional monitorada, com indicadores claros de sucesso. A emenda parlamentar foi o nosso grande motor inicial, mas a gestão pública exige sustentabilidade. O caminho é lutar para que parte do orçamento próprio do campus seja destinado para essas ações, garantindo que a formação não pare se o recurso externo oscilar. Políticas permanentes são feitas por pessoas capacitadas. Minha estratégia é o fortalecimento do NEABI como um órgão consultivo e deliberativo forte. Ao envolver servidores de carreira e estudantes (como os do Sankofa) na gestão, garantimos que o conhecimento e a vontade política permaneçam na casa, independentemente de quem esteja na coordenação. Em resumo, o caminho é formalizar, orçar e democratizar. Quando a comunidade escolar entende que o letramento racial é um direito e não um favor, a política se torna irreversível.

Maria Marques: O NEABI e o Pretitudes Afirmativas podem incentivar a produção científica e publicações acadêmicas de autoria de servidores e alunos?

Talita Belizário: Com certeza. Para mim, a produção científica é o que consolida o NEABI como um centro de intelectualidade e não apenas de militância. Nós incentivamos isso transformando a nossa prática em teoria documentada. Projetos como o Pretitudes e como foi o Escurecendo o Pensamento geram um volume imenso de dados e relatos de experiência. Nós estimulamos que os bolsistas (como os 19 do Sankofa) e os servidores

transformem essas vivências em artigos e resumos para congressos, como o CONERER. Queremos que o estudante negro não seja apenas o “tema” da pesquisa, mas o pesquisador. Ao garantir bolsas e orientação, estamos formando uma nova geração de cientistas que escrevem a partir de sua própria ancestralidade e realidade técnica.

Maria Marques: Ao gerenciar fluxos de trabalho tão intensos — do acolhimento à logística de eventos —, qual tem sido o maior aprendizado humano da sua equipe à frente desta coordenação?

Talita Belizário: Essa é uma pergunta que toca na essência do que fazemos, porque gerenciar o NEABI, que agora se consolida como CAERI, é equilibrar a dureza da burocracia com a sensibilidade do acolhimento. Aprendemos que conquistas como a nossa sala própria, a criação das funções gratificadas e a regulamentação da nossa participação nos conselhos e PPCs não são apenas vitórias administrativas: são formas de garantir dignidade. Participar e lutar pelo CONERER, que chega à sua 6ª edição como referência nacional, ou lutar pelo pagamento justo dos avaliadores externos, nos ensinou que o cuidado com as pessoas e o rigor com a gestão pública devem caminhar juntos. Mesmo enfrentando um currículo ainda eurocêntrico e a baixa representatividade negra na gestão, o aprendizado é que não se faz política antirracista sem ação e muito menos de braços cruzados. Graças ao suporte de emendas (que somam R\$ 250 mil para 2026/2027), aprendemos a transformar a “resistência” em “entrega pública”. O maior aprendizado é ver que o acolhimento gera impacto real e que cada fluxo de trabalho vencido é um passo a mais para que o IFTM seja, de fato, um território de todas e todos.

Maria Marques: Se pensarmos em um legado, quais são as perspectivas de mudanças culturais e estruturais que o NEABI almeja consolidar no IFTM a longo prazo?

Talita Belizário: O legado que o NEABI, agora consolidado como CAERI, almeja deixar é a transformação do IFTM em uma instituição onde a diversidade não seja um projeto, mas a sua identidade natural. Nossa perspectiva para consolidar essa mudança estrutural e cultural a longo prazo são: Um Currículo Descolonizado: nosso maior objetivo é que a lei 10.639/03 no IFTM reflita saberes negros e indígenas de forma orgânica em todos os cursos, rompendo de vez com o eurocentrismo. A Institucionalização do Cuidado: conquistas como a nossa sala física, as funções gratificadas e o financiamento permaneçam na instituição e que a estrutura de acolhimento e o combate ao racismo escolar sejam processos automáticos e inegociáveis, independentemente de quem esteja na gestão. Representatividade em Todos os Níveis: almejamos um campus onde estudantes negros e indígenas, inspirados pelo protagonismo de grupos como o Sankofa, ocupem as salas de aula, os cargos de gestão, as bancas de doutorado e os postos de liderança. Nosso legado será uma mudança de cultura institucional. Queremos olhar para trás e ver que o IFTM não apenas “aceitou” estudantes negros e indígenas, mas que ele se reconstruiu a partir da presença e da inteligência deles. O futuro que construímos hoje é o de uma instituição verdadeiramente antirracista e democrática.

Maria Marques: Qual mensagem ou reflexão final você deixaria para os estudantes e servidores que desejam se engajar mais ativamente nas pautas de diversidade e relações étnico-raciais?

Talita Belizário: Não esperem o momento ideal para começar. O letramento racial é um compromisso diário e coletivo, é sobre qualificar a sua própria formação humana e profissional. No IFTM, já provamos com o Pretitudes e o Sankofa que, quando nos unimos, mudamos a estrutura. Para quem quer dar o primeiro passo ou se aprofundar, deixo o convite para o letramento racial, que é o exercício de reeducar o nosso olhar. Como base para essa jornada, recomendo leituras⁶ que transformam a teoria em ação. A reflexão que deixo é: o NEABI/CAERI são portas abertas. Ocupem esses espaços! A luta antirracista é a única forma de garantirmos que o direito à educação seja, de fato, um direito de todas e todos. Vamos juntos transformar a resistência em nossa maior existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta entrevista destacou o papel essencial do NEABI e do programa Pretitudes Afirmativas na promoção de uma educação antirracista no IFTM. Os pontos centrais discutidos incluíram o impacto positivo das cotas raciais no êxito estudantil, a importância do letramento racial contínuo e a necessidade de institucionalizar essas ações nos currículos e no orçamento do *campus*. A Editoria da Revista Boletim Técnico agradece à Coordenadora NEABI/UDI, Talita Belizário, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições.



REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

⁶ Indico especialmente esses: “Como ser um educador antirracista”, da Barbara Carine: um guia fundamental para entender que a educação só é de qualidade se for inclusiva e “Pequeno Manual Antirracista”, da Djamila Ribeiro: para entender o racismo como sistema e como combatê-lo e “Pedagogia da Autonomia”, de Paulo Freire: para nos lembrar que educar é um ato político e de esperança.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 15, 19 maio 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11, 22 jun. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

GOMES, N. L. Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Conselho Superior. **Resolução nº 259, de 01 de setembro de 2022**. Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (NEABI/IFTM). Uberaba: CONSUP, 2022.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: Identidades e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.